

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: um estudo de caso com mulheres artesãs de Porto Alegre-RS

BRUNA RODRIGUES VAZQUEZ BARREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

LETICIA DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

DEISE DE OLIVEIRA ALVES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: um estudo de caso com mulheres artesãs de Porto Alegre-RS

1 Introdução

A Economia Solidária pode ser considerada como um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, sendo organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob forma coletiva e autogestionária (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2005). Esse tipo de empreendimento, ressalta que a eficiência econômica está relacionada à igualdade e à autogestão, e a não aceitação da lógica instrumental do modelo hegemônico atual (GAIGER, 2009). Nesse contexto, a corresponsabilidade e a união decorrem de uma percepção quanto ao que garante a força do empreendimento, além de uma partilha de ideais e de uma convergência de projetos (GAIGER; CORRÊA, 2011).

Para os autores, a arte de empreender em tais conjunturas é possibilitada justamente pela experiência, pelos saberes tácitos que ao longo do tempo se acumulam e se disseminam entre os trabalhadores associados. Além disso, os empreendimentos que exibem os melhores resultados são aqueles que conseguem combinar presença no mercado, estratégias de captação de recursos públicos, práticas de reciprocidade e ativos domésticos (GAIGER; CORRÊA, 2011). Portanto, apesar das especificidades dos negócios com qualidades cooperativistas, associativas e solidárias, se faz necessário o uso de boas práticas de gestão nessas organizações para garantir seus resultados (DRUCKER, 1990).

Uma diversidade de empreendimentos – quanto aos sujeitos que deles fazem parte e de suas formas organizacionais, às motivações para criação e inserções em setores da economia, até sua correspondência com o entorno – impossibilita a definição de receituários gerais de gestão ou trajetórias tecnológicas para auxiliá-los na condução de seus problemas cotidianos (IPEA, 2016). No entanto, na visão da Economia Solidária, o enfrentamento às dificuldades encontradas por esses grupos se dá pelas redes de produtores, de prestadores de serviços e consumidores, e são compreendidas como estratégias fundamentais de viabilização e fortalecimento das iniciativas econômicas (MANCINI, 2003).

Segundo Bertucci (2006), o marco de articulação das organizações e redes brasileiras e internacionais de economia solidária foi o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001 e 2003, pois viabilizou o engajamento dos governos municipais (Santa Maria e Porto Alegre) e do governo estadual. Sendo fundamental no desenvolvimento de ações da economia solidária com avanços sistemáticos no que diz respeito à organização e realização das Feiras do Cooperativismo, permitindo a troca de experiências mas, principalmente, a ampliação das articulações em redes (BALBINOT, 2007).

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo descrever como o Projeto Esperança, em Santa Maria/RS, o qual desenvolve ações de natureza filantrópicas, fundamentadas na solidariedade, na geração de trabalho e renda, e que influenciou o surgimento do Grupo de Artesãs de Porto Alegre-RS na articulação em rede de diferentes formas de organização: Associativa, Cooperativada, Grupos Informais, etc.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Cooperativismo

O cooperativismo, surgiu em um momento em que se experimentava o início do liberalismo econômico, o qual sustentava o afastamento do Estado da Sociedade. Portanto, a doutrina cooperativista nasceu no século XIX em oposição às consequências deste ideário individualista. Com a proposta inicial de corrigir as injustiças sociais decorrentes da competitividade praticada pelo capitalismo concorrencial, mas também como forma de prestação de serviços (PINHO, 1966).

Os primeiros grandes pensadores do movimento cooperativista foram Robert Owen, Charles Fourier e Friedrich Wilhelm Raiffeisen, os quais declararam como solução dos problemas sociais os ganhos advindos da cooperação entre as pessoas que se unem para alcançar os mesmos objetivos (MÁRQUEZ, 2010). Estes pensadores propuseram “um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista ou cooperativa (PINHO, 1966).

No Brasil, o cooperativismo surgiu no final do século XIX, através dos imigrantes europeus, residentes nas regiões Sul e Sudeste. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi em 1891 que ocorreu a fundação da primeira Associação Cooperativa dos Empregados, na cidade de Limeira - São Paulo, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe – Estado de Pernambuco, no ano de 1894.

Conforme Pinho (1996), houve a expansão da prática cooperativa no Brasil a partir de 1932, motivada pelo estímulo do Poder Público ao cooperativismo, que considerava uma alternativa de reestruturação das atividades agrícolas e também pela publicação da lei básica do cooperativismo brasileiro, que definia melhor as especificidades do movimento diante de outras formas de associação (PINHO, 1996).

No entanto, ao longo do século XX, o modelo de desenvolvimento predominante permitiu a expansão das grandes empresas capitalistas, que passaram a substituir os serviços prestados anteriormente pelas cooperativas (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979). Por sua vez, as cooperativas agropecuárias foram gradativamente estimuladas pelo governo a fim de ampliar a produtividade, em resposta ao crescimento demográfico e em virtude do incremento às exportações (GAIGER, 2013).

Ao final dos anos de 1970, criaram-se diversas cooperativas de trabalho e, após dez anos, este movimento se estendeu em decorrência do desemprego estrutural e da falência das empresas, provocados pelas mudanças tecnológicas e organizacionais (LIMA, 2006). Neste contexto, a maior proliferação dessas cooperativas foi verificada nas décadas de 1980 e 1990, sendo um meio de tornar flexíveis as relações de trabalho, terceirizando serviços e buscando reduzir custos de mão de obra (LIMA, 2002, 2008; PICCININI, 2004; PONTES, 2007).

Atualmente, o cooperativismo brasileiro revela-se com certa heterogeneidade tanto pela natureza quanto pela escala de suas atividades, o que inclui o nível de complexidade das organizações cooperativas e, essencialmente, os princípios de gestão e suas orientações ideológicas. Constata-se, por um lado, que grandes cooperativas operam como legítimas empresas de capital, orientadas à lucratividade no mercado com ganhos em escala e eficiência. Assim como no extremo oposto, pequenas cooperativas nas periferias urbanas, voltadas à inserção socioeconômica e a necessidades básicas de populações pobres, manifestam uma

índole igualitarista e valorizam o fato de governarem-se mutuamente (NUNES, 2001; ANJOS, 2009).

2.2 Os Ramos do Cooperativismo

No decorrer dos anos de 1990, as cooperativas solidárias passaram a surgir de maneira regular e ganhar maior notoriedade, sem ainda se classificarem como tal ou formarem um movimento organizado. As cooperativas atuam em diversas áreas da economia e, em razão de sua amplitude, foram divididas em sete ramos de acordo com sua atuação (OCERGS, 2019). Pretendendo a melhor organização e entendimento do sistema cooperativo por parte da Organização das Cooperativas do Brasil, todas as cooperativas, necessariamente, devem referir-se a um dos ramos descritos abaixo:

- 1º. Agropecuário: São cooperativas compostas por produtores rurais, agropastoris e de pesca. O cooperado deste ramo entrega a cooperativa a sua produção que é recebida, industrializada, armazenada e comercializada. É um dos ramos com maior número de cooperativas registradas no Brasil;
- 2º. Consumo: composto por cooperativas que realizam compra em comum tanto de produtos, quanto do serviço para seus cooperados (supermercados, farmácias). Engloba, também, as cooperativas formadas por pais para contratação de serviços educacionais, e também aquelas de consumo de serviços turísticos.
- 3º. Crédito: Promovem a poupança e oferecem soluções financeiras ao seu cooperado. Praticam taxas de aplicações maiores e taxas de juros bem abaixo do mercado, portanto, o foco das cooperativas de crédito é oferecer ao cooperado um preço justo e condições vantajosas, pois o objetivo não é o lucro;
- 4º. Infraestrutura: composto por cooperativas que prestam serviços relacionados à infraestrutura a seus cooperados. Por exemplo: geração e compartilhamento de energia elétrica. Incluindo as cooperativas de construção de imóveis para moradia;
- 5º. Ramo Produção de Bens e Serviços: esse ramo engloba as cooperativas que prestam serviços especializados a terceiros ou que produzem bens tais como beneficiamento de material reciclável e artesanatos, por exemplo. Ele reúne todas as cooperativas de professores e dos antigos ramos (OCB, 1993): produção, mineral, parte do turismo e lazer e, por fim, especial;
- 6º. Transporte: cooperativas que trabalham com transporte individual, coletivo ou de cargas. Na condição do cooperado ser o proprietário ou possuidor do veículo. Além disso, as cooperativas que se dediquem a transporte turístico, transfers, bugues, cujos cooperados sejam proprietários ou possuidores dos veículos.
- 7º. Saúde: composto por cooperativas formadas por médicos, odontólogos ou profissionais ligados à área de saúde humana, enquadrados no CNAE 865. Este Ramo também engloba as cooperativas de usuários que se reúnem para constituir um plano de saúde, pois são consideradas operadoras.

Diante dos diferenciados ramos de cooperativas descritos acima, a heterogeneidade do movimento se torna explícita e, apesar da existência de características e valores comuns à variedade que o compõe, cada um deles possui especificidades intrínsecas ao grupo e à região onde atuam. Nesse sentido, o perfil das cooperativas pode ser traçado observando informações,

tais como: composição dos associados, área de atuação, produtos e serviços prestados, faturamento, motivação para criação, etc.

2.3 Economia Solidária

Economia Solidária está fundamentada na organização da produção, do financiamento, das trocas e do consumo no princípio da reciprocidade em articulação com os mercados de redistribuição e de autossuficiência, sendo permeada pelas relações de cooperativismo e solidariedade as quais mantém (POLANYI, 1983).

Assim, o surgimento de EES é mais plausível na presença de circunstâncias específicas (GAIGER, 2004). Dentre elas, aponta-se o envolvimento de setores populares dotados de referências culturais e de lideranças genuínas que valorizam a vida comunitária, o associativismo ou as mobilizações de classe, especialmente quando tais alusões se alimentam de experiências próprias de organização e luta, nas quais esses protagonistas forjaram identidades comuns, laços de confiança e competências para a defesa coletiva de interesses e aspirações (GAIGER, 2013).

Por conseguinte, a Economia Solidária se apoia num conjunto de princípios que lhe garante certa peculiaridade, e as distinções em relação ao modelo econômico capitalista são ordenadas por Singer e Souza (2000, p. 13) a seguir:

- a) Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os usam para produzir;
- b) Gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação, dependendo do número de cooperados;
- c) Repartição da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão em assembleia;
- d) Destinação do excedente anual (sobras), segundo critérios acertados entre todos;
- e) A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada;
- f) Somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

Essa economia com prioridade social também é um fator observável nos EES, uma vez que se tem a participação dos associados em oficinas e cursos de capacitação. Além da prestação de serviços que gera o compartilhamento de saberes e dissipação das atividades produtivas, não limitando seus conhecimentos a sua localidade, e sim expandindo para regiões marcadas pela marginalização, pobreza, violência e sem respectivas de mudança através da geração de renda para as pessoas que ali estão. Ações, portanto, que propõem uma mudança profunda iniciada no plano dos valores, num “trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente” (ARRUDA, 2003, p. 234).

Desse modo, o empreendedorismo social tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia (MELO NETO; FROES, 2001). Neste contexto, os empreendedores sociais desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais em prática mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro (RAO *Apud* OLIVEIRA, 2015).

Empreender, seguindo os preceitos da Economia Solidária, antes de tudo consiste em respeitar às particularidades da comunidade de trabalho - essência dos empreendimentos – e valer-se de seus atributos, utilizando como base as forças geradas pela união de seus membros (GAIGER, 2011; CORRÊA, 2011). Portanto, as condições de viabilidade de um empreendimento associativo, têm por substrato a reprodução de uma determinada relação social de produção, marcada pela condição de não mercadoria da força de trabalho e pela apropriação

do resultado do trabalho pelos trabalhadores associados, conforme as regras por eles definidas (KRAYCHETE, 2015).

3 Metodologia

A metodologia empregada para o desenvolvimento deste trabalho é de cunho exploratório e qualitativo. Quanto a coleta de dados, a pesquisa é classificada como bibliográfica e estudo de caso.

Sendo assim, o estudo foi desenvolvido a partir de dados primários obtidos nas entrevistas com as associadas, possibilitadas pela inserção no cotidiano vivenciado pelo Grupo. Posteriormente, a pesquisa utilizou dados secundários, revisitando a literatura pertinente ao Cooperativismo e Economia Solidária.

A coleta dos dados ocorreu por meio de conversas com as mulheres, ao longo de seis meses, para isso, utilizou-se um roteiro semi-estruturado com o propósito de vivenciar o cotidiano das artesãs e compreender como o grupo foi criado, quais as motivações e as práticas de relação adotadas pelas associadas entre si, e do grupo com o seu entorno. A associação é composta por 12 mulheres, e destes, 5 se disponibilizaram a participar ativamente da pesquisa.

A análise do estudo foi desenvolvida em duas etapas. A primeira etapa, descreve-se sobre as atividades do Projeto Esperança em Santa Maria-RS, que desenvolve ações de natureza filantrópicas baseadas na solidariedade, na geração de trabalho e renda. Na segunda etapa, apresenta-se o Projeto do Grupo de Artesãs de Porto Alegre-RS, que surgiu a partir da articulação em rede de diferentes formas de organização: Associativa, Cooperativada, Grupos Informais, etc.

Para o tratamento dos dados, realizou-se uma análise crítica e sistemática das informações levantadas sobre o empreendimento, utilizando-se também de dados secundários sobre a literatura pertinente. A análise do discurso, apoiada em outras formas de dados como entrevistas ou reportagens, está diretamente ligada à abordagem qualitativa em pesquisas científicas pois ela é centralizada no contexto investigado e no conjunto interpretativo do pesquisador para a construção textual (FLICK, 2009).

4 Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Projeto que originou o Empreendimento Solidário

Diante do quadro de carências em Santa Maria/RS e que se alastrava tanto na cidade quanto no campo, o Bispo Diocesano Dom Ivo, inspirado no livro "A POBREZA, RIQUEZA DOS POVOS" do autor Africano Albert Tévoèdjeré, desafia a Cáritas/RS a criar e desenvolver os PACs (Projetos Alternativos Comunitários). O projeto visava construir o Desenvolvimento Solidário e Sustentável na busca de soluções para grandes demandas comunitárias, como a desigualdade e a exclusão social, (BALBINOT, 2007). E as primeiras experiências de Grupos Comunitários e Associações ocorreram em 1984, e três anos depois foi criado o Projeto Esperança.

O trabalho desenvolvido pelo projeto promove e articula a organização libertadora através da partilha e da educação para a solidariedade (BELMONTE; BARICHELLO, 2004). Tendo como missão a promoção e incentivo do desenvolvimento urbano, rural e regional sustentável, com base nos princípios da mística cristã, solidariedade, cooperativismo alternativo,

autogestão, organização (BALBINOT, 2007). Além disso, promove o fortalecimento da agricultura familiar, a luta pela distribuição justa da terra e dos frutos da terra, em defesa do meio ambiente e agroecologia, através de processos educativos, participativos e transformadores, na busca de parcerias políticas públicas, com incentivo à melhoria da qualidade de vida, geração de trabalho e renda, e na construção de uma sociedade socialmente justa, econômica e ambientalmente viável, organizadamente cooperativada e politicamente democrática (BALBINOT, 2007).

O desenvolvimento de suas ações tem como base a economia popular solidária, como um caminho que procura criar e fortalecer novos empreendimentos, gerar trabalho e renda através do trabalho cooperativado e autogestionário. Sendo o eixo principal do projeto, a atuação com os pequenos empreendimentos econômicos solidários, com proposta diferenciada de produção determinada pelos próprios associados (BALBINOT, 2007).

Em mais de 30 anos, o Projeto Esperança realizou milhares de reuniões, encontros e cursos de formação, debates e assembleias, articulações com os trabalhadores/as do campo e da cidade em parceria com Organizações Governamentais e Não Governamentais do Brasil e de outros Países da América Latina. E motivou a organização de muitos grupos, iniciativas desta natureza e centenas de Feiras inspiradas na Feira de Santa Maria (FEICOOP – Feira Mundial de Economia Solidária) em outros Estados e países (PROJETO ESPERANÇA, 2020).

Dito isso, o conceito de redes como forma de combate à exclusão social e a degradação ambiental, no meio rural e urbano, a partir da trabalho coletivo e solidário foi intermediado, primeiramente, pelas ações das Igrejas Católicas. A exemplo, observamos a criação do Grupo de trabalho Unidas na Esperança, na Vila das Laranjeiras em Porto Alegre, no mesmo ano em que os Projetos Alternativos Comunitários foram criados em Santa Maria/RS. Foi neste coletivo que a interlocutora principal do grupo de artesãs, objeto do estudo de caso realizado nesta pesquisa, teve a oportunidade de conhecer os trabalhos produzidos pelos diversos associados, acessar os eventos e feiras organizados pelo Projeto.

Além disso, faz parte das ações do Projeto a realização de encontros de estudos e formação, de modo que os associados possam contribuir de maneira eficiente para o desenvolvimento de suas cooperativas, associações e demais grupos. A preparação através desses encontros permitiu que a interlocutora principal do coletivo de artesãs pudesse partilhar dos conhecimentos da produção artesanal com mulheres da vizinhança cuja realidade era de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, possibilitando a criação de um novo grupo, no ano de 1999 no Bairro Bom Jesus, mediante a articulação em rede para a reprodução dos mesmos trabalhos que realizava no Unidas na Esperança. Estratégia de cooperação e compartilhamento do saber que garante a continuação das atividades produtivas das artesãs até hoje, além de ter motivado o surgimento de demais grupos de trabalhos em comunidades próximas.

As motivações para a criação do Projeto Esperança fundamentaram-se através de ideias e ações de natureza filantrópico, herança que também se nota nos grupos de trabalho surgidos como ramificações de suas iniciativas. Sendo assim, a principal explicação para existência deste projeto está nos fracassos do mercado quanto à redução das assimetrias informacionais, como também, pela falência do Estado na sua capacidade de satisfazer às demandas minoritárias (LAVILLE, 2000).

4. 2 Caracterização do Empreendimento Solidário - Grupo de Artesãs

A história do coletivo tem início no ano de 1986 quando, a interlocutora principal do grupo, mudou-se do norte do Estado do Rio Grande do Sul e veio morar na Vila das Laranjeiras, Morro Santana. Onde começa a participar de um grupo de mulheres já existente e ligado à Igreja Católica da comunidade – denominado Unidas na Esperança. Estes trabalhos consistiam em artesanatos, no entanto a época eram confeccionados com os restos de malharia e de lã desfiadas.

Em 1999, a interlocutora principal do Grupo foi morar no Bairro Bom Jesus, em Porto Alegre/RS, e percebe não existir nenhum coletivo de mulheres na sua vizinhança com esse perfil. Conhecedora da proposta alternativa, solidária, transformadora e autogestionária vivenciada no Unidas na Esperança, decide iniciar no atual bairro as atividades que ela desenvolvia anteriormente.

Nos primeiros anos de atividades no Bairro Bom Jesus, em 1999, o coletivo chegou a ser composto por mais de trinta mulheres. Apresentando um histórico de vida similar, contendo episódios de violência doméstica, abandono, pobreza, falta de oportunidades para estudar e trabalhar, gravidez na infância/adolescência, etc; no entanto, o fator comum que as manteve unidas é a luta pela sobrevivência via cooperação. O Grupo de artesãs é constituído por doze integrantes atualmente, o que revela a necessidade de sua renovação para que jovens mulheres possam experimentar os benefícios de dispor de um espaço de liberdade de gênero, apoio mútuo, valorização pessoal e profissional dentro de sua comunidade.

Desde 2000, o coletivo produz artesanalmente a partir da fibra da garrafa PET e demais resíduos têxteis doados. Realizando um trabalho de forma autônoma, solidária e ecológica em prol da comunidade. Todas as integrantes do Grupo são associadas à Cooperativa 20 de novembro, e através desta são ligadas ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), que se configura em uma importante rede de apoio no que se refere ao transporte e estoque das matérias-primas. Além disso, tanto a cooperativa 20 de novembro quanto o MNLM garantem a utilização de espaços em suas sedes destinados ao desenvolvimento de oficinas de produção e compartilhamento do saber.

O Grupo foi criado em um contexto urbano periférico, em que a preocupação com as formas de combate à pobreza se manifesta na forma de teias de gestão social, mobilizando o surgimento de iniciativas econômicas muito distintas, mas que comumente buscam soluções sustentáveis para os diversos problemas estruturais do país (COELHO, 2004). Sendo assim, o grupo de artesãs poderia ser classificado como um empreendedorismo por necessidade.

Portanto, a trajetória do empreendimento iniciou como um empreendedorismo por necessidade, porém à medida que o coletivo cresceu, bem como buscou formas de institucionalizar-se a fim de tornar sólida e intensificar as parcerias-chave, verifica-se uma mudança em seu caráter. Podendo ser considerado, a partir deste momento, como um empreendedorismo por oportunidade. Estes, por definição, são aqueles empreendedores que identificaram uma oportunidade resultando na criação planejada de um negócio (DORNELAS, 2012).

A forma como organizam a produção possui o caráter de participação não-obrigatório, solidário, cooperativo, autogestionário, ecológico e praticando o menor preço para membros da comunidade, conforme o relato das associadas. O grupo, antes de sua associação à Cooperativa, já possuía essas características, portanto, se aproximando da definição de empreendimentos que, na literatura sobre Economia Solidária, se qualificam como Associações e grupos informais de produção. No entanto, a associação na Cooperativa 20 de Novembro foi crucial pois oportunizou a saída da informalidade, preservando-se as peculiaridades que definem a sua

forma de produção e organização, mas com o devido apoio e a divulgação dos trabalhos e oficinas de produção junto à rede de cooperativas e eventos de Economia Solidária.

A explicação para o nível de articulação que observamos entre os grupos reside no objetivo para a participação dos eventos e feiras, onde a comercialização dos produtos é um resultado secundário. Para Bertucci e Silva (2003), Pinto (2006), as feiras permitem o fortalecimento das redes de produtores, o intercâmbio de experiências e informações entre os cooperados, mas principalmente a conquista de espaços que permitam olhar a comunhão do desenvolvimento da produção econômica de diferentes iniciativas de economia social e solidária.

A articulação entre o grupo e demais instituições, sejam públicas ou privadas, possibilitou ao coletivo produzir em projetos de larga escala cujas empresas de grande porte contratam as cooperativas para essas confecções, e/ou obter doações mais volumosas das entidades parceiras. O redirecionamento da produção para máscaras e sabão é mais um exemplo de ação conjunta entre o coletivo e uma empresa têxtil com sede no bairro, a qual possui parte de seus funcionários residindo na comunidade.

Além disso, a produção de edredons, travesseiros, almofadas, bolsas, mantas e tocas/gorros, artesanatos em geral são confeccionados com a fibra da garrafa PET e outros resíduos têxteis doados. A matéria-prima que se tornou indispensável é fruto da parceria e doação da Indústria Maxitex, intitulada como referência em termos de ecotêxteis por produzir uma série de fios têxteis, tecidos e malhas. Segundo Dubiela (2015), a utilização da fibra reinsere na circulação o resíduo do resíduo, de forma criativa, artesanal, solidária e cooperativa. Sendo assim, as atividades e trabalhos do coletivo são relevantes do ponto de vista social, ambiental e econômico.

Com a pandemia a nível global provocada pelo coronavírus no ano de 2020, e a urgência em adotar medidas de prevenção que limitem a propagação do vírus (World Health Organization, 2020), um exemplo de ação e comprometimento com tais valores é a adaptação de seus trabalhos para a produção de máscaras e sabão ecológico a baixo custo, em substituição às máscaras descartáveis e ao álcool em gel. Produtos que passaram a ser vendidos ou doados aos membros do Bairro Bom Jesus diante da crescente necessidade e, por consequência, do aumento dos preços destes itens no mercado devido à alta demanda, o que restringia os cuidados sanitários das pessoas mais pobres.

A produção e parte da venda dos produtos ocorrem na lojinha do grupo, sendo localizado na garagem da casa da interlocutora principal. A outra parte das vendas acontece através de participações do grupo em uma rede de solidariedade, que envolve feiras de Economia Solidária e Cooperativismo, eventos viabilizados pelo MNLM, AVESOL (Associação do Voluntariado e da Solidariedade), Projeto Esperança e demais parceiros.

O lucro, ainda que pequeno, é dividido entre quem colaborou diretamente na confecção, e uma das partes é destinada ao caixa do grupo, sendo uma espécie de fundo do coletivo. Assim, a preocupação com a distribuição justa e o comprometimento com o meio-ambiente, ocupam um lugar de maior importância para as integrantes. A responsabilidade social do coletivo é expressa na busca de formas estratégicas para solucionar necessidades sociais do seu entorno, de maneira que gere o lucro, o bem-estar da comunidade e a satisfação do cliente.

4.3 Discussão dos Resultados

Problemas como a exclusão social, desemprego e fome são gravemente acentuados em tempos de crise, quadro de vulnerabilidade que é ainda mais preocupante no Brasil devido a evolução do seu sistema econômico e suas mudanças (ROSOLEN; TISCOSKI; COMINI, 2014). Com isso, destaca-se a importância de promover organizações cuja atuação combina técnicas de gestão, lógicas de mercado, tecnologia e inovações sociais, possibilitando melhorias coletivas que resultam em desenvolvimento local. Empreendimentos que impelem alguma forma de impacto social em suas atividades, ao contrário de empreendimentos com fins estritamente lucrativos, são capazes de identificar as necessidades do seu entorno e auxiliam na proposição de problemas sociais (BEZERRA; SILVA; CARVALHO, 2013).

Nesse sentido, a ampliação do impacto social advém do fortalecimento das redes entre sociedades, fundações, associações, ONGs, Cooperativas, Organizações sociais, entre outros agentes que partilham dos mesmos valores (BORGES, 2015). Herzmann (2016), salienta que tais organizações são eficazes em suas propostas de plano de trabalho e viabilização de parcerias, proporcionando a valorização das relações sociais e a geração de lucro simultaneamente em que contribuem para qualidade de vida da população e preservação ambiental como forma de solução e inovação social (JOHNSON, 2000), cujos efeitos transpassam os entornos das comunidades envolvidas (BEZERRA; SILVA; CARVALHO, 2013).

A articulação dos empreendimentos organizados em associações, cooperativas, grupos informais, etc; inspirou o engajamento em torno do bem social de atores nacionais e internacionais, tanto a nível público quanto privado. A magnitude das atividades promovidas pelo Projeto Esperança pode ser observada no alcance que as feiras anuais atingiram ao longo dos anos. Visando a “construção, experimentação e consolidação de práticas de autogestão por meio do aprimoramento dos processos administrativos coletivos a partir do protagonismo dos associados” (BALBINOT, 2007).

A 1ª Feira do Cooperativismo, realizada em 1994 em Santa Maria, transformou-se na Feira Mundial de Economia Solidária (FEICOOP) e conta com a presença de empreendimentos de diversos países, principalmente da América-Latina. No ano de 2020, a 27ª edição do evento que seria realizada em julho, foi remarcada devido à pandemia de covid-19 (PROJETO ESPERANÇA, 2020).

Portanto, ações de caráter inicialmente filantrópicas que buscam soluções para a redução dos impactos da exclusão social com base no desenvolvimento solidário e sustentável, como o Projeto Esperança no interior do Estado do Rio Grande Do Sul, foram essenciais para estimular a criação de grupos de trabalhos e geração de renda com valores alicerçados na solidariedade, cooperativismo, autogestão, partilha de conhecimento e organização em redes de apoio.

O Grupo de Artesãs, objeto deste estudo de caso, cuja produção é autônoma, autogestionária, solidária e ecológica, ilustra o potencial de disseminação de tais projetos como referência no sentido da busca de geração de renda e oportunidades de trabalho através da integração de pessoas que produzem e alcançam os benefícios do desenvolvimento humano consoante a perspectiva de potencialização, de pertencimento e de auto-reconhecimento do indivíduo (TREVELIN *et al*, 2017).

5 Conclusão

A pesquisa conclui que projetos de natureza social, que inicialmente buscam sanar às lacunas deixadas pelos Governos e/ou empresas pela sua incapacidade de combater o quadro de exclusão e pobreza, são importantes agentes da promoção de (re)conhecimento de

oportunidades e inclusão de pessoas em redes de apoio a partir da valorização do indivíduo e de suas habilidades, sejam elas sociais ou profissionais. Nesse sentido, observa-se que a estruturação das ações a partir de uma visão empreendedora e educativa, com o uso de técnicas de gestão e ferramentas de mercado para o desenvolvimento dos grupos de trabalho são eficazes para a geração de emprego e renda.

A efetividade do fomento ao empreendedorismo social e solidário, cuja proposta de valor está alicerçada na motivação coletiva e no valor social da produção de bens e serviços (FISHER, 2002), é observada nos resultados geradores de mudanças socioeconômicas protagonizadas coletivamente pela participação da comunidade e associados (MOURA, 2011).

Efeitos que impactam não somente no desenvolvimento local, a exemplo do Projeto Esperança em Santa Maria/RS que motivou a criação de empreendimentos como o Grupo de Artesãs do Bairro Bom Jesus em Porto Alegre. Portanto, a articulação entre grupos de trabalho que partilham de seus conhecimentos e de uma educação voltada aos princípios da solidariedade, cooperativismo, autogestão, comércio justo, com uma produção ambientalmente correta e economicamente sustentável; reflete na formação de iniciativas similares por todo o Estado e no progresso dos eventos e feiras que, embora iniciados de maneira restrita ao Município de Santa Maria, atualmente alcançam níveis internacionais.

Nesse sentido, depreende-se a importância dos projetos substancialmente sociais como primeiro estímulo à construção de empreendimentos que gerem oportunidades de trabalho, renda e valorização do indivíduo em situação de exclusão. Apesar das dificuldades que possuem o setor, apoiar o desenvolvimento de empreendimentos sociais se faz necessário, por parte do Governo, das empresas e da sociedade como um todo, para que haja o engajamento dos diferentes atores a fim de promover integralmente impactos na qualidade de vida por meio da redução das desigualdades.

Para estudos futuros, sugere-se mais produções científicas sobre a temática de empreendedorismo social e solidário, para a melhor compreensão de tais organizações e criação de estratégias que viabilizem a comunhão entre o poder público e privado em prol de um desenvolvimento sustentável e um futuro mais justo para as pessoas.

Referências Bibliográficas

ANJOS, E. As singularidades das cooperativas autênticas. In: **Revista de Administração e Contabilidade**. Faculdade Anísio Teixeira (FAT), Feira de Santana-Ba, v. 1, n. 1, p. 80-91, junho/dezembro, 2009.

ARRUDA, M. **Humanizar o Infra-Humano**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BALBINOT, E. L. **Particularidades inerentes ao modelo de gestão de um empreendimento de economia solidária**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Administração – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em:<<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/4747>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

BELMONTE, S. A.; BARICHELLO, E. M. M. R. **Dom José Ivo Lorscheiter, o Bispo da Esperança**: sobre o passado o presente e o futuro da Igreja. Santa Maria: Palotti, 2004.

BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. A. **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS.** Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BERTUCCI, A. Contextualização. In: DILL, Ir. Lourdes; BERTUCCI, A; MACHADO, L. M. O. **Feira de economia popular solidária de Santa Maria: uma experiência aprendente y enseñante.** Porto Alegre: Editora Evangraf, 2006.

BEZERRA, A. F. A.; SILVA, W. S. C.; CARVALHO, Z. V. **As incubadoras sociais e o desenvolvimento local: o que é e porque apoiar a iniciativa.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, 23, 2013, Recife. Anais... Recife: ANPROTEC, 2014, p. 1-18.

BORGES, V. O. C. Negócios sociais e Grandes Empresas: Oportunidades e desafios para parcerias na cadeia de valor. 2015. 21 p. TCC - MBA de Gestão de Negócios Socioambientais - USP, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.ice.org.br/premioice/2016/wp-content/uploads/2016/07/Pr%C3%AAAmioICE2015_LatuSensu_1_VerydianaCesar.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2020.

COELHO, M. Q. **Indicadores de performance para projetos sociais: a perspectiva dos stakeholders.** In: Anais do XXVIII ENANPAD, Curitiba, 2004.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios.** 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DRUCKER, P. F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1990.

DUBIELA, D. **As mulheres e a fibra: uma instalação etnográfica.** 2015. 103 f. Monografia (Bacharelado em Antropologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/134049/000987722.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

FISCHER, A. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: Fleury, M. (Org.). **As pessoas na organização.** São Paulo: Editora Gente, 2002.

FLICK, U. Introdução à pesquisa Qualitativa. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GAIGER, L.I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre, editora da UFRGS, 2004.

_____; Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84:81-99, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rccs.401>>. Acesso: 10/06/2020.

_____; A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - v. 28, n. 82, 2013.

_____; CORRÊA, S.A. O diferencial do empreendedorismo solidário. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/615>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

HERZMANN, E. Marco Regulatório - Lei 13.204/2015: Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Disponível em: Acesso em: <<https://edgarherzmann.jusbrasil.com.br/artigos/353441633/marco-regulatorio-lei-13204-2015-parcerias-entre-a-administracao-publica-e-as-organizacoes-da-sociedade-civil>> Acesso em: 10 de junho de 2020.

JOHNSON, S. Literature review on social entrepreneurship. RESEARCH ASSOCIATE CANADIAN CENTRE FOR SOCIAL ENTREPRENEURSHIP, nov. 2000. Disponível em: <https://www.unicef.org/Learning_Series_3_Social_Entrepreneurship_24dec2007.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

KRAYCHETE, G. Escala e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: uma ambiência necessária. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 235, p. 186-206, 2015.

LAVILLE, J. L.; EME, B. Pour une approche pluraliste du tiers secteur. *Mana, Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, Paris: Presses Universitaires de Caen, n.7 (dossier: France/Brésil - Politiques de la question sociale), premier sem. 2000.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

_____; Cooperativas falsas ou cooperगतos. In: CATTANI, A. D. e HOLZMANN, L. (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2006. pp. 71-77.

MANCE, E. A. Como organizar redes solidárias. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MÁRQUEZ, S. K. C.; Owen, R. **¿En qué consisten las cooperativas?** Disponível em: <<https://owenmetodologia.blogspot.com/2010/11/robert-owen-en-que-consisten-las.html>> Acesso em: 01 de abril de 2019.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MOURA, A. M. **Facilitadores e dificultadores na implementação de um negócio inclusivo em três países de diferentes continentes**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo,

2011. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-29112011-203505/publico/AnitaMariadeMouraVersaoCorrigida.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

NUNES, C. F. Cooperativas: uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal?. **Soc. estado**. [online]. 2001, vol.16, n.1-2 [cited 2019-06-19], pp.134-158. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100007&lang=en>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

OLIVEIRA, M.V. de, *et al.* Os diversos tipos de empreendedorismo sustentável, 2015. In: **Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios**, v.4, n.1, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/780>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

PICCININI, V. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. In: **Sociologias**, VI (12):68-104, Porto Alegre: 2004.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. 2ªEd. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____; Lineamento da legislação cooperativa brasileira. In: **Manual de Cooperativismo**. v. 3. São Paulo, CNPq, 1996.

PINTO, J. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POLANYI, K. 1983 [1944]. La Grande Transformation. **Aux origines politiques et économiques de notre temps**. Paris: Gallimard.

PONTES, D. "Configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro". In: **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**, 1:89-112, 2007. Disponível em: < <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2007;1000855938> >. Acesso em: 03 de abril de 2019.

PORTAL QSES. **Atlas Digital da Economia Solidária**. UNISINOS, São Leopoldo, 2005. Disponível em: < <http://sies.ecosol.org.br/> > Acesso em: 15 março de 2019.

PROJETO ESPERANÇA. Disponível em: <<https://www.esperancacooesperanca.org/>> Acesso em: 20 de maio de 2020.

ROSOLEN, T.; TISCOSKI, G. P.; COMINI, G. M. **Empreendedorismo social e negócios sociais**: Um estudo bibliométrico da produção nacional e internacional. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/8994>>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

SCHNEIDER, J.; LAUSCHNER, R. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro. In: **O Cooperativismo no Brasil**: Enfoques, análises e contribuição. Rio Grande do Sul:

Friedrich Neumann/Associação de Orientação às Cooperativas, 1979. pp. 1-58. ADICONAIS NUMERO TOTAL D P, E P-p no fim mesmo

SESCOOP/RS. OCB moderniza ramos do cooperativismo. Disponível em: <<http://www.sescoopr.scoop.br/noticias/2019/04/02/ocb-moderniza-ramos-do-cooperativismo/>>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, A. R. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: contexto, 2000. p. 11 – 30.

SISTEMA OCB. **O cooperativismo no Brasil**. Organização das Cooperativas Brasileiras: Brasília, 1996. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/>>. Acesso em: 10 de março de 2019.

TREVELIN, A. T. C. *et al*, **Empreendedorismo Social: caminho para negócios inclusivos**. In: CONVIBRA, 2017. Disponível em: <https://artigos-convibra.s3.amazonaws.com/2018_40_15322.pdf > Acesso em: 10 de junho de 2020.

WORD HEALTH ORGANIZATION, 2020. Advice on the use of masks in the context of COVID-19. Disponível em: <[https://www.who.int/publications/i/item/advice-on-the-use-of-masks-in-the-community-during-home-care-and-in-healthcare-settings-in-the-context-of-the-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)-outbreak](https://www.who.int/publications/i/item/advice-on-the-use-of-masks-in-the-community-during-home-care-and-in-healthcare-settings-in-the-context-of-the-novel-coronavirus-(2019-ncov)-outbreak)>. Acesso em: 08 de junho de 2020.